

## **“UM OLHO NO ATLÂNTICO, OUTRO NA FRONTEIRA”. Os charqueadores de Pelotas, o comércio de carne-seca e as suas propriedades na fronteira com o Uruguai (século XIX)**

Jonas Moreira Vargas  
(Universidade Federal do Rio de Janeiro)

**Resumo:** O presente artigo analisa o comércio do charque rio-grandense com os portos da Bahia e Pernambuco e os investimentos realizados pelos charqueadores de Pelotas em propriedades rurais tanto na região da campanha sul-rio-grandense, quanto na campanha uruguaia, ao norte do rio Negro. O crescente desenvolvimento do complexo charqueador pelotense nas primeiras décadas do oitocentos fez aumentar a demanda por gado e terras, provocando uma expansão agrária rumo a fronteira sudoeste da província. Tal fenômeno provocou uma série de conflitos que desencadearam duas intervenções militares do Exército brasileiro em Montevideú (1851 e 1864). Estas guerras foram fundamentais para vencer a concorrência contra os saladeros platinos, além de manter os altos níveis de comércio do produto entre as décadas de 1850 e 1860.

**Palavras-chave:** Fronteira – Rio Grande do Sul – Comércio

**Abstract:** This article analyzes the jerky beef trade of *Rio Grande* with the ports of *Bahia* and *Pernambuco* and the investments made by *Pelotas* owners on farms both in the campaign *Rio Grande do Sul*, as the campaign Uruguayan, north of the *Rio Negro*. The increasing development of *Pelotas* manufacturing complex in the first decades of the eight hundred has increased the demand for land and cattle, causing an agrarian expansion towards southwest border of the province. This phenomenon led to a series of conflicts that have provoked two military interventions in the Brazilian army in Montevideo (1851 and 1864). These wars were crucial to winning the competition against platinum *saladeros*, while maintaining high levels of product trade between the 1850s and 1860s.

**Keywords:** Frontier –Rio Grande do Sul - Trade

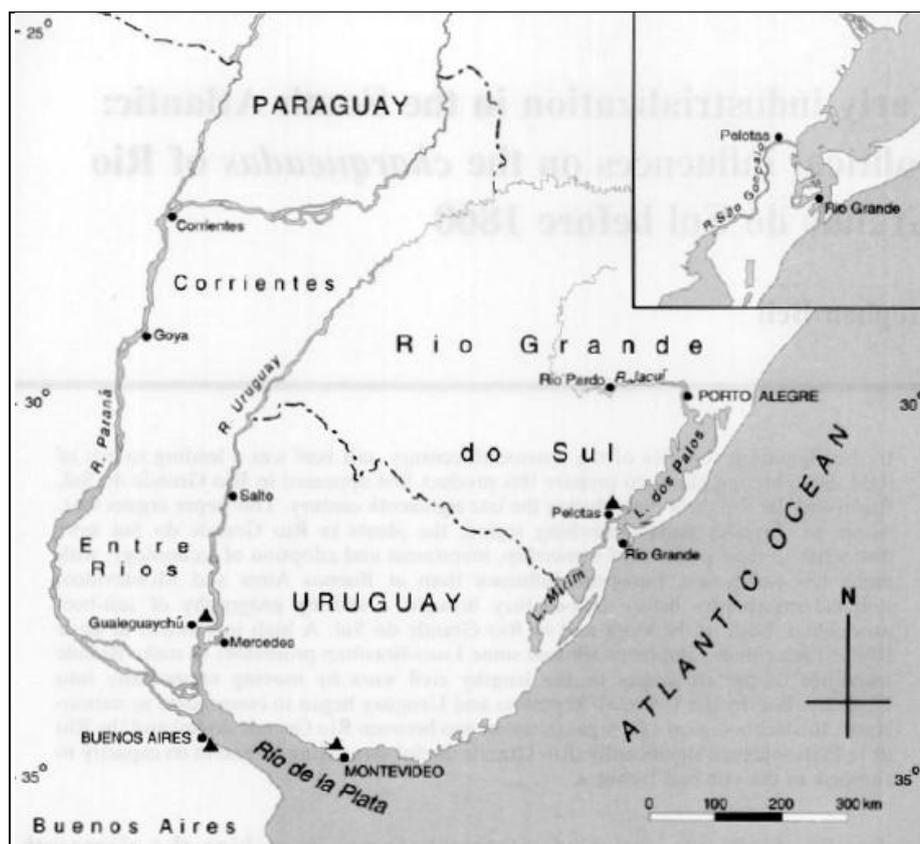
A carne-seca (mais conhecida no sul do Brasil como charque) foi componente fundamental na dieta dos escravos das plantations desde os tempos coloniais. No Rio Grande do Sul, as primeiras charqueadas instaladas nos fins do século XVIII e início do XIX surgiram da necessidade de suprir a crescente demanda por alimentos impulsionada pelo aumento da população colonial e a crescente entrada de africanos cativos, durante o chamado *Renascimento Agrícola*.<sup>1</sup> Mas a capitania sulina só veio a tornar-se o principal produtor de charque da colônia devido aos investimentos de comerciantes que viram uma oportunidade de preencher um espaço econômico aberto com a crise da produção de carne-seca no *nordeste*,<sup>2</sup> ocasionada pelas duras secas que assolaram aquela região.<sup>3</sup> Em consequência disto, ao longo de todo o século XIX, o charque e os couros lideraram as exportações do Rio Grande e conectaram a sua economia a diversos mercados atlânticos. O principal núcleo charqueador da

Província foi a cidade de Pelotas, responsável pela produção de 75% a 90% do charque negociado.

Vizinha do município de Jaguarão, que fazia fronteira com o Departamento de Cerro Largo (Uruguai), e cortada pelo rio São Gonçalo, que desembocava na Lagoa Mirim, Pelotas tinha acesso ao Atlântico através do porto marítimo da cidade de Rio Grande (Mapa 1). O número de fábricas de charque a funcionarem ao mesmo tempo em Pelotas era bem inferior ao número de proprietários que se dedicavam à criação de gado no Rio Grande do Sul. Enquanto aqueles nunca ultrapassaram o número de 40 estabelecimentos, estes espalhavam-se pela vasta região da campanha, na fronteira sudoeste e oeste da província, formando uma população de milhares de pequenos, médios e grandes proprietários. Para manter os altos ritmos de produção, Pelotas demandava uma enorme quantidade de gado. Anualmente, uma média de 250 a 350 mil reses eram trazidas à Pelotas para serem vendidas aos charqueadores. No entanto, todo o gado criado no território rio-grandense não era suficiente para saciar a demanda das mencionadas charqueadas, cujos ritmos de abate se intensificaram ao longo do oitocentos. Neste sentido, a alternativa mais rentável foi ampliar a sua busca até o mercado de gados do Uruguai.

As melhores pastagens da região, dedicadas à engorda do gado, encontravam-se nos campos localizados no espaço fronteirão entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai, sendo que as terras no país estrangeiro eram as mais cobiçadas devido a alta qualidade de seus pastos e do seu gado. Por conta disto, o norte do Uruguai foi, desde as primeiras décadas do século XIX, alvo de contínuas investidas de proprietários rio-grandenses. Estes foram gradualmente apossando-se das melhores fazendas daquela região. Como os uruguaios jamais deixaram de resistir a esta expansão agrária, esta fronteira foi marcada por graves conflitos entre os proprietários de ambos os lados e inúmeras queixas dos súditos da Coroa que habitavam aquela região. Tal situação desencadeou, entre os anos 1850 e 1860, duas intervenções militares do governo brasileiro em Montevideú. Em 1851, o objetivo foi destituir do poder o presidente Manuel Oribe, membro do Partido Blanco e aliado do estadista argentino Juan Manoel de Rosas, numa guerra que se encerrou um ano depois. Em 1864, o ataque foi contra o governo do presidente Bernardo Berro, num conflito que acabou sendo um dos estopins da Guerra do Paraguai (1864-1870), visto que Berro era aliado político de Solano Lopez.

Mapa 1 – Pelotas no espaço fronteiriço entre Brasil e Uruguai (século XIX)



Fonte: BELL, Stephen. Early industrialization in the South Atlantic: political influences on the charqueadas of Rio Grande do Sul before 1860. In: *Journal of Historical Geography*, 19, 4 (1993), p. 400.

Em ambas as ocasiões, causas de ordem econômica estiveram no centro dos conflitos. Os proprietários rio-grandenses, que tinham nos saladeristas, estancieiros e comerciantes uruguaios seus principais concorrentes no mercado do charque, exerceram forte pressão para que ambas as intervenções militares fossem executadas. Portanto, os charqueadores de Pelotas possuíam um interesse direto no espaço agrário de ambos os lados da fronteira e nos contínuos conflitos entre uruguaios e brasileiros que caracterizaram a região no meado do século XIX. Se parte fundamental da alimentação dos escravos das plantations brasileiras dependia do regular mercado de charque, a continuidade da produção deste produto dependia do acesso ao gado gordo vindo do Uruguai. Neste sentido, não é exagero considerar que a reprodução socio-econômica das plantations cafeicultoras e açucareiras também dependia da contínua oferta de alimentos baratos, o que tornava a situação geo-política platina alvo de grande atenção do Governo Imperial. Portanto, o presente artigo busca trazer algumas considerações acerca da importância destas propriedades (tanto brasileiras quanto uruguaias) na constituição do patrimônio material dos charqueadores de Pelotas e que consequências políticas e econômicas esta relação desencadeou.

### **O comércio marítimo do charque e a expansão agrária para a fronteira**

O charque, como já foi dito, foi um dos principais componentes no regime alimentar dos escravos no Brasil. Nos engenhos do Recôncavo baiano, por exemplo, ele geralmente acompanhava a farinha de mandioca, e no sudeste, também podia ser combinado com o fubá, arroz e feijão, além de outros legumes.<sup>4</sup> Alimento de preço acessível, o charque possibilitava aos senhores um razoável abatimento nos custos da propriedade, visto que os gastos com a alimentação dos cativos atingiam altos valores das despesas da mesma. Segundo João Fragoso, por volta de 1830, por exemplo, cerca de ¼ das despesas das grandes plantações cafeeicultoras do vale do Paraíba do Sul se constituía em gêneros para os escravos. No século XVIII, nas plantações beneditinas da Bahia, tal índice chegou a 30% dos gastos efetuados pelas mesmas.<sup>5</sup>

Desde as primeiras décadas do século XIX, Bahia e Pernambuco destacaram-se como os maiores compradores do charque rio-grandense. Segundo Helen Osório, nas duas primeiras décadas do século XIX, a Bahia constituiu-se na maior consumidora do produto. Juntamente com Pernambuco, ambas as capitanias sempre foram responsáveis por mais da metade da compra do charque rio-grandense. Como o açúcar ainda era o produto-rei da agro-exportação colonial, não surpreende que os mercados consumidores do nordeste possuíssem enorme relevância para a produção rio-grandense nestas primeiras décadas. Foi somente no ano de 1820 que o Rio ultrapassou a Bahia como o maior comprador de charque, não conseguindo, no entanto, superar os portos do nordeste no total das compras efetuadas naquele ano. Nesta época, Havana também destacou-se como importante consumidora, chegando a comprar mais de 13% da produção rio-grandense, em 1818.<sup>6</sup>

Após 1822, não se tem dados muito seguros sobre as quantidades e locais para onde o charque fora remetido, uma vez que as estatísticas para as primeiras décadas do Brasil independente são bastante fragmentárias. É muito provável que, na década de 1820, o Rio tenha mantido altos índices de importação do charque rio-grandense, uma vez que, em 1828, pela primeira e única vez, os dados referentes a compra de charque superam a soma dos montantes de Bahia e Pernambuco juntas. Enquanto estas duas foram responsáveis pela compra de 39,8% do charque sulino, o Rio apresentou 51,3% do total de arrobas negociadas. No entanto, quatro anos depois, as províncias do nordeste voltam a despontar como principais consumidoras, totalizando 50,8% do charque comprado, contra 42% do Rio, e, em 1837, esta diferença se acentuava com 57,9% contra 41,7% dos cariocas.<sup>7</sup>

A proeminência do nordeste como principal espaço consumidor do charque é reforçada pelos dados encontrados por Gabriel Berute. Analisando o comércio das cidades de Rio Grande e Porto Alegre na primeira metade do século XIX, o autor afirmou: “Considerando todos os sessenta e quatro registros que disponho com carregamentos de charque (1834, 1839, 1847-48 e 1850-51), observa-se que os principais destinos permaneciam os mesmos” das primeiras décadas do século. Nestes anos, “a praça mercantil de Pernambuco consta como destino de mais da metade dos carregamentos de charque despachados de Rio Grande, seguido do Rio de Janeiro e da Bahia”.<sup>8</sup> Analisando os mesmos carregamentos de charque no ano de 1854, Josiane Silveira também verificou que mais da metade dos carregamentos tinham como destino o Pernambuco.<sup>9</sup>

Portanto, em meados do oitocentos, os percentuais se mantiveram semelhantes ao início do século. No entanto, as quantidades exportadas haviam aumentado de uma média de 1 milhão de arrobas, entre 1805 e 1816, para quase 2 milhões de arrobas, entre 1845 e 1857. Para suprir a crescente demanda das fábricas de charquear, dezenas de milhares de cabeças de gado deveriam ser encaminhadas para Pelotas durante os períodos de safra (novembro a maio, principalmente). Portanto, a economia charqueadora de Pelotas dependeu, desde seus primeiros anos, de uma contínua oferta de gado bovino que acentuou-se com o tempo. Como já foi dito, os rebanhos negociados provinham tanto das estâncias do sudoeste do Rio Grande do Sul – na região da campanha –, quanto das propriedades uruguaias, ao norte do rio Negro. Estas últimas possuíam uma melhor qualidade de pastos e eram ideais para a engorda do gado, despertando o interesse dos proprietários luso-brasileiros.

A expansão em direção aos campos uruguaios remontava ao início do século, quando o projeto imperialista luso-brasileiro foi posto em prática a partir de intervenções militares no território oriental. Estas investidas, associadas ao conflituoso processo de separação da Banda Oriental com a Coroa Espanhola, entre outros fatores, acabaram por favorecer a anexação da região ao Império português.<sup>10</sup> A região ocupada foi denominada Província Cisplatina e a sua paisagem agrária passou a ser gradualmente apropriada por grandes levas rio-grandenses que se estabeleciam com estâncias de criação de gado. Estima-se que mais de 2 milhões de reses foram trazidas do Uruguai para o Rio Grande do Sul durante a ocupação da Cisplatina. Acompanhando os dados compilados por Alvarino Marques, é possível ver o impacto desta entrada de animais na paisagem agrária rio-grandense. Em 1787, a capitania contava com 651.619 reses, e em 1811 ela possuía cerca de 1.298 milhões de cabeças de gado *vacum*, ou seja, praticamente o dobro. Entretanto, o período que antecedeu a anexação da Cisplatina (1820-1828), representou um aumento nunca antes visto. Em 1822, por exemplo, este índice

havia mais que triplicado, chegando a 5 milhões.<sup>11</sup> Foi o maior salto no período, o que ampliou a oferta de gado barato na província e favoreceu o desenvolvimento do complexo charqueador em Pelotas, nas primeiras três décadas do século XIX.

No entanto, de acordo com Eliane Zabiella, o avanço brasileiro sobre as terras uruguaias durante a Guerra Grande (1838-1851)<sup>12</sup> foi maior que em qualquer outra época. Durante o mencionado conflito, o preço das propriedades declinou, custando 0,60 centésimos de peso por hectare, o que animou os compradores. Somadas às buscas de gado na época da Cisplatina, este avanço do capital rio-grandense sobre as terras orientais arruinou a antiga classe latifundiária uruguiaia ao quase destruir a pecuária e a sua indústria saladeril. Em 1850, os brasileiros possuíam 428 estâncias no norte do Uruguai, do qual eram conhecidas as dimensões e o número de cabeças de gado para 191 delas. Estas terras ocupavam uma superfície de 693 léguas quadradas com 914.000 cabeças de gado vacum. Zabiella estima, a partir de alguns cálculos e considerações, a possibilidade de que cerca de 2 milhões de reses tenham existido ao mesmo tempo em todas aquelas 428 estâncias pertencentes aos rio-grandenses.<sup>13</sup>

A expansão agrária e a migração de rio-grandenses para aqueles campos impressionavam pela sua velocidade e pelo contingente de pessoas. Em 1845, na Câmara dos deputados, o representante da Bahia, o Sr. Silva Ferraz, declarou:

“Vejo senhores, que teneis uma idéia muito equivocada do poder e dos recursos do Império. Vós creeis que ali na linha ou divisa material do Jaguarão vão encontrar um povo completamente distinto do que se chama Império do Brasil, mas é preciso que saibais que felizmente não é assim. Ao passar ao outro lado do Jaguarão, senhores, o traje, o idioma, os costumes, as moedas, os pesos, as medidas, tudo, até a outra banda do rio Negro, tudo, tudo, senhores, até a terra, é brasileira”.<sup>14</sup>

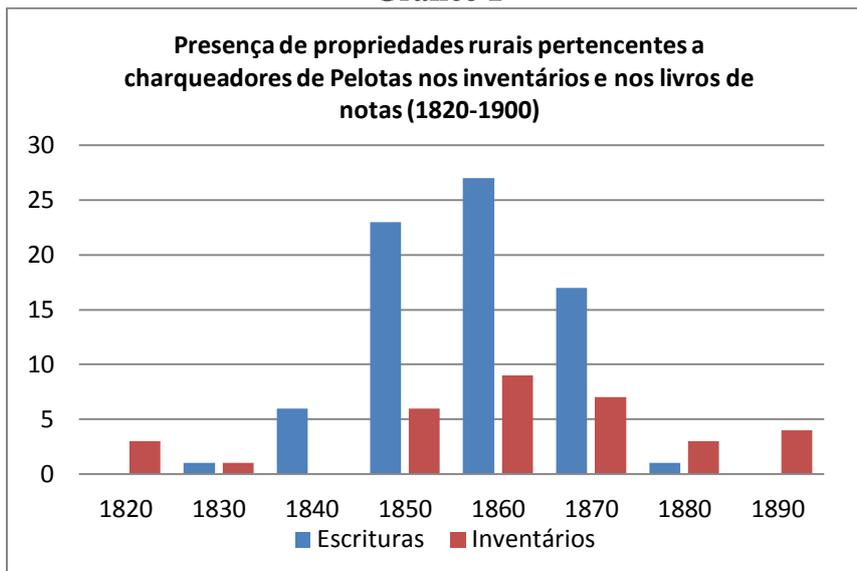
Examinando diversos documentos nos arquivos uruguaios, Zabiella verificou que os brasileiros ocupavam cargos tanto na Justiça quanto na administração local, como Simão de Brum da Silveira, que foi Tenente Alcaide em Olimar (1836). Esta presença foi tão marcante que, na segunda metade do XIX, as autoridades uruguaias pediram que os documentos redigidos no interior do país fossem escritos em espanhol e não mais em português. Nas listas de habitantes, a presença de brasileiros, com seus agregados e escravos, também era notável e, na época das eleições, havia candidatos tanto orientais quanto brasileiros disputando os votos da população.<sup>15</sup> Portanto, não havia nenhum exagero no discurso do deputado baiano. Em 1860, os brasileiros representavam 11% da população total do Uruguai<sup>16</sup> e ocupavam cerca de

30% do território deste país. Neste sentido, pode-se dizer que, em meados do século, aquela região era praticamente um apêndice econômico e social dos estancieiros rio-grandenses.<sup>17</sup>

Os charqueadores pelotenses sempre estiveram atentos a este processo de expansão agrária rumo à fronteira sudoeste. Aliás, o crescente investimento nos imóveis rurais uruguaios tinha como estímulo maior a existência dos mercados de gado que direcionavam os rebanhos tanto para as charqueadas rio-grandenses quanto para os saladeros platinos. Entretanto, no caso dos charqueadores pelotenses, nem todos conseguiram investir seus capitais na compra de estâncias nas campanhas rio-grandense e uruguaia. Analisando os inventários *post-mortem* de todos os charqueadores para qual esta fonte foi localizada é possível verificar que somente uma pequena parcela, notadamente os mais ricos, teve condições de investir em tais bens. De 78 inventários *post-mortem* de charqueadores pelotenses abertos entre 1810 e 1900, somente 11 possuíam estâncias no Uruguai e 16 na região da campanha rio-grandense (sendo que 1 charqueador possuía estâncias em ambas). Tratava-se de um grupo privilegiado de 26 charqueadores que estavam ou entre os mais ricos do grupo ou entre os de fortuna intermediária. No outro extremo, os charqueadores menos ricos ou de fortuna mais modesta possuíam somente a sua charqueada em Pelotas e, em alguns casos, alguns terrenos, datas de matos ou chácaras no município. Portanto, nem todos eram grandes criadores de gado. Dos 78 charqueadores inventariados, somente 16 (20,5%) possuíam rebanhos superiores a 1.000 cabeças de gado. Desnecessário dizer que estes mais ricos também eram os maiores escravistas e, juntamente com suas famílias, concentravam importante poder político e prestígio social em Pelotas.<sup>18</sup>

Mas ainda é necessário analisar quando estes charqueadores iniciaram a sua expansão sobre as propriedades da fronteira sudoeste. O Gráfico 1 representa as transações de compra e venda registradas nas escrituras públicas nos tabelionatos de Pelotas (entre 1832 e 1890) e as propriedades rurais avaliadas nos inventários *post-mortem* dos charqueadores (entre 1820 e 1900).<sup>19</sup> De acordo com o gráfico, o auge dos investimentos na região mencionada ocorreu entre as décadas de 1850 e 1870. Somando as referências de propriedade no Uruguai e na campanha rio-grandense encontradas nos inventários *post-mortem* e nas escrituras públicas temos que cerca de 82,5% das mesmas concentram-se nestas três décadas. É provável que as estâncias inventariadas na década de 1850 tenham sido compradas anteriormente, como indica o crescimento das escrituras nos anos 1840.

**Gráfico 1**



Fonte: Livros de notas do 1º, 2º e 3º Tabelionato de Pelotas (1832-1890) e Inventários *post-mortem* de Pelotas (APERS).

Além disso, os investimentos em imóveis rurais tinham uma região-alvo certa. Cerca de 2/3 das 106 referências encontradas e indicadas no Gráfico 1 (31 em inventários e 75 em escrituras públicas) concentraram-se em quatro regiões localizadas exatamente na fronteira divisória entre os dois países: em Tacuarembó (27), Cerro Largo (15), Bagé (14) e Jaguarão (14). No Uruguai, além dos Departamentos de Tacuarembó e Cerro Largo, também encontrei referências em Salto (4), Paysandu (2), Montevideu (2), Durazno (1) e outras duas com a localização imprecisa. Percebe-se aqui que exatamente 50% das referências em inventários *post-mortem* e escrituras públicas somadas tratavam-se de investimentos em propriedades rurais no Uruguai.<sup>20</sup> Ou seja, estas regiões concentraram os interesses diretos dos charqueadores pelotenses que realizaram altos investimentos de capital nos mesmos.

Em 1863, por exemplo, o Coronel Tomás José de Campos, charqueador pelotense, comprou de José Rodrigues Candiota 13 e ½ sortes de campo em Cerro Largo pagando o valor de 54:000\$ de réis. A maior compra de uma estância no Uruguai foi feita por Antônio José de Oliveira Leitão, que foi sócio dos irmãos Barcellos em uma charqueada entre os anos 1850 e 1860. Em 1859, Leitão comprou um campo em Tacuarembó e pagou o valor de 135:000\$ de réis pela propriedade rural. Contudo, os maiores valores investidos em estâncias se deram em propriedades do lado brasileiro da fronteira. Em 1868, por exemplo, Possidônio Mâncio Cunha comprou a Estância Paraíso, localizada em Jaguarão, pagando 190:134\$160 a Jacintho Antônio Lopes. E em 1866, José Antônio Moreira, um dos charqueadores mais ricos

de seu tempo, realizou a maior transação em terras aqui analisada comprando a Estância do Ponche Verde, em Bagé, pelo valor de 256:000\$ de réis.<sup>21</sup>

Devido aos bons pastos e a proximidade com Pelotas (se comparadas a outras regiões) as estâncias dos municípios e departamentos acima mencionados eram bastante cobiçadas. Portanto, em meados do oitocentos, a campanha oriental havia se tornado um imenso campo de engorda de gado para as charqueadas do Rio Grande do Sul e a criação extensiva das reses fazia com que os estancieiros rio-grandenses se expandissem cada vez mais para o interior do território uruguaio. A partir da década de 1840, e tendo o seu auge nos anos 1850 e 1860, os charqueadores seguiram esta mesma tendência de inversões de capital, mas somente os mais ricos conseguiram investir em tais propriedades rurais. Neste sentido, a economia charqueadora do Rio Grande do Sul, em meados do oitocentos, apresentava-se fortemente dependente dos rebanhos de gado uruguaios e qualquer fator que impedisse a continuidade desta atividade produtiva poderia provocar uma crise econômica e política considerável, como de fato ocorreu...

### **A guerra como um recurso econômico**

A política imperialista levada a cabo pelo Brasil sempre teve a resistência de grande parcela da população uruguaia. O resultado inevitável desta relação traduziu-se em inúmeros conflitos entre proprietários rio-grandenses e uruguaios, além das autoridades militares e policiais de ambos os lados da fronteira. Tais contendas tiveram um grande impulso com a independência do Uruguai (em 1828), conquistada através de uma guerra contra o Brasil. As reclamações dos rio-grandenses traduziam-se nas queixas contra a desapropriação de suas terras e da captura do seu gado. Durante a guerra civil uruguaia (1838-1851), o confisco destes mesmos bens para servirem ao exército oriental acentuou-se em proporções maiores. Um dos grandes motivos destes sequestros de bens foi a tentativa de recuperação econômica, liderada pelo presidente uruguaio Manoel Oribe, líder do Partido Blanco. Em abril de 1848, com o objetivo de fortalecer economicamente os saladeros uruguaios, assim como a pecuária a eles associada, Oribe proibiu a passagem de tropas de gado para o Rio Grande do Sul e encarregou as milícias fronteiriças de enquadrar como contrabandistas os transgressores.<sup>22</sup>

A decisão política de Oribe provocou uma diminuição das exportações de charque no Rio Grande do Sul, trazendo grande prejuízo aos estancieiros e charqueadores pelotenses. A quantidade de charque exportado na safra de 1848 só foi atingida novamente cerca de 20 anos depois.<sup>23</sup> Em 1849, Oribe deu um novo golpe nas ambições dos charqueadores

brasileiros, ordenando que os escravos que trabalhassem nas suas charqueadas em São Servando (no lado uruguaio da fronteira) fossem retirados da região caso contrário seriam considerados libertos. A determinação provocou o retorno de “quatrocentos escravos” para Pelotas e Jaguarão.<sup>24</sup> Com esta medida, Oribe buscava beneficiar os saladeros uruguaios, retirando os charqueadores brasileiros que haviam se estabelecido na região. Num documento desta época (talvez de 1850 ou 1851) foram listadas 10 charqueadas pertencentes a brasileiros e localizadas no lado uruguaio, próximas a fronteira, nas imediações de São Servando, Taquary, Arvedonda, Cebolatti e Olimar. Numa delas, abatia-se anualmente de 12 a 15 mil reses. Seu número, portanto, era significativo e suficiente para desviar as tropas de gado dos *saladeros* de Montevidéu.<sup>25</sup>

Portanto, as medidas políticas tomadas por Oribe representavam uma ameaça aos negócios de estancieiros e charqueadores brasileiros. Por conta da queda das exportações e dos contínuos prejuízos econômicos, os mesmos começaram a pressionar o governo imperial por medidas que garantissem a segurança das suas propriedades no Uruguai. Tais pedidos muitas vezes não eram atendidos, pois o governo central alegava que os conflitos diziam respeito às facções caudilhescas e, portanto, deviam ser resolvidos pelos mesmos na esfera do privado. A negligência dos dirigentes da Corte acabou induzindo a ações particulares onde vários estancieiros acompanhados de seus bandos de capangas armados agiam por conta própria na busca de recuperar as reses, os escravos e as terras confiscadas. Tais ações armadas ficaram conhecidas como *califórnicas* e o seu principal líder foi o estancieiro rio-grandense Francisco José de Abreu, o Barão de Jacuí. As califórnicas aterrorizaram o lado uruguaio da fronteira entre os anos de 1849 e 1851, transformando Jacuí no grande inimigo dos estancieiros orientais.<sup>26</sup> Numa de suas investidas, o Barão trouxe para o Rio Grande do Sul algumas tropas de gado que somavam mais de 6.000 reses.<sup>27</sup>

As autoridades uruguaias não demoraram a responder aos ataques do Barão e os conflitos na fronteira tornaram-se cada vez mais violentos. Alguns deles atingiram importantes famílias da elite política rio-grandense, como os Silveira Martins, os Ferreira Bicca e os Araújo Ribeiro, entre outros.<sup>28</sup> Diante desses acontecimentos, o aumento das pressões políticas e a ameaça de uma guerra privada de bandos armados rio-grandenses contra os caudilhos orientais agravou ainda mais as divergências entre os governos do Brasil e do Uruguai. A mobilização de deputados e senadores rio-grandenses revigorou-se e os mesmos passaram a requisitar não apenas uma maior proteção por parte do Império, seja militarmente, seja por meio de acordos diplomáticos com os orientais, como também uma guerra, como último recurso.

Em 1851, deputados rio-grandenses como Pedro Rodrigues Chaves e Joaquim J. Afonso Alves, exerceram forte pressão para que uma guerra fosse realizada na fronteira.<sup>29</sup> Além disso, Chaves foi acusado de estar contrabandeando armas para a fronteira, onde as mesmas seriam negociadas com autoridades interessadas em intervir no governo uruguaio.<sup>30</sup> Afonso Alves, por sua vez, era o principal advogado de Pelotas. Além de ser aparentado com charqueadores, comerciantes e estancieiros, era importante membro da elite local, tendo sido Vereador, Juiz Municipal, Diretor do Asilo de órfãos e da Loja maçônica União e Concórdia. Reconhecido como um dos grandes representantes de Pelotas na Assembléia Legislativa e na Câmara dos deputados, no Rio de Janeiro, Alves era continuamente aclamado pelo Jornal *O Brado do Sul*, de propriedade do charqueador Domingos José de Almeida, pelo seu interesse na defesa dos negócios da região.<sup>31</sup>

A insistência parlamentar e diplomática surtiu efeito. Desejando acabar com os conflitos na fronteira e deter o ímpeto expansionista do argentino Juan Manuel de Rosas, aliado dos blancos e com interesses sobre o território paraguaio, o governo imperial decidiu intervir militarmente na região. O fortalecimento de Rosas era visto pelo Brasil como uma ameaça à independência do Paraguai e do Uruguai e a existência de ambos os estados era uma garantia de que os rios platinos não seriam nacionalizados por Buenos Aires, ameaçando a livre navegação. De acordo com Francisco Dorattioto, era comum o Brasil acabar apoiando aquelas facções mais propensas a adotar uma política que defendesse a livre navegação dos rios e do comércio exterior. Daí provinha a aliança brasileira com os colorados no Uruguai, adversários de Oribe, e com o entrerriano Justo José de Urquiza, caudilho argentino que oferecia sérios entraves ao projeto Rosista. No início da década de 1850, os interesses do Império acabaram convergindo com o dos estancieiros rio-grandenses, pois ambos queriam destituir os blancos do poder. Com a vitória brasileira na Guerra contra Rosas e Oribe (1851-1852) e as garantias dos novos tratados impostos pelo Império, os rio-grandenses voltaram a explorar a região uruguaia, levando consigo escravos que, devido a abolição definitiva da escravidão no Uruguai (1846), entravam como peões contratos.<sup>32</sup> Os tratados apresentavam várias cláusulas, sendo que a proibição do confisco de terras, a tarifa de 25% sobre o charque uruguaio (*tasajo*) importado pelos portos brasileiros e a livre passagem do gado uruguaio para o território rio-grandense foram as mais comemoradas pelos estancieiros rio-grandenses e charqueadores pelotenses.

Com o favorecimento concedido à indústria charqueadora rio-grandense pelos Tratados assinados, a retomada da economia pelotense foi notável. Dos 24 saladeros que existiam no Uruguai em 1842, somente 3 ou 4 continuaram funcionando normalmente. Ou seja, neste

curto período as charqueadas pelotenses enfrentaram uma baixa concorrência e os preços do produto aumentaram bastante, favorecendo os pelotenses. A falta de bovinos era um dos principais fatores da crise uruguaia. As mais de 6 milhões de cabeças de gado existentes no país em 1843 caíram para pouco menos de 1.900.000, dos quais 1/3 permanecia em estado selvagem.<sup>33</sup> Depois dos tratados, as vendas de charque uruguaio despencaram de 618.926 arrobas para 126.062 arrobas, em 1854-55.<sup>34</sup>

No entanto, nem a vitória na Guerra e nem a assinatura dos Tratados de 1851 foram suficientes para dar fim aos conflitos na fronteira. Com o fim do confronto militar, juntamente com o confisco de gado, a violência armada e o bandoleirismo que dominava ambas as campanhas, outros problemas passaram a receber destaque nas centenas de correspondências trocadas entre as autoridades administrativas e diplomáticas de ambos os países: o recrutamento forçado em ambos os lados da fronteira, a fuga de cativos para o lado oriental (onde eram considerados livres) e o sequestro de negros livres para serem escravizados no Brasil, entre outros, cada vez mais recheavam as páginas dos jornais, relatórios oficiais e cartas trocadas entre as autoridades.<sup>35</sup> Portanto, a mencionada conjuntura não representou um período de paz na fronteira.

Em fevereiro de 1854, por exemplo, o charqueador Manoel Francisco Moreira entregou 500 onças de ouro a um agente comissionado para que lhe comprasse gado no Uruguai. Tendo feito a compra de 260 novilhos, o mencionado empregado foi atacado quando retornava para o Rio Grande do Sul, sendo “preso e conservado em estacas” pelo General Fructuoso Rivera. O charqueador reclamou um prejuízo de 15:000\$ de réis nos seus negócios.<sup>36</sup> Outros casos de ataques a comerciantes de gado foram denunciados na mesma época. Mas em abril de 1856, o charqueador pelotense Honório Luís da Silva foi atacado por outro motivo. As autoridades uruguaias denunciavam-no por estar praticando contrabando na fronteira. Verdade ou não, o fato é que além de sua lancha, Honório também teve as suas mercadorias e seus “domésticos” apreendidos. Os domésticos provavelmente eram seus escravos e estavam acompanhados dos “remeiros” do mesmo charqueador.<sup>37</sup>

Se as perseguições e violências continuavam afetando as propriedades de rio-grandenses na fronteira, em 1857, o governo uruguaio conseguiu desfechar um grande golpe na concorrência saladeril pelotense. Defendendo a recuperação de sua indústria, o Uruguai exerceu forte pressão diplomática para que alguns pontos do Tratado fossem reformados. Em setembro de 1857, um tratado de modificação liberava de impostos o charque e demais produtos platinos entrados no Brasil por via marítima.<sup>38</sup> Com esta medida, as exportações do charque rio-grandense despencaram na safra de 1858. Em 1859, elas retomaram o

crescimento, mas o seu preço continuou caindo bastante, tendência que manteve-se assim até 1864.

Uma das explicações para tal fenômeno econômico foi a retomada das exportações uruguaias e argentinas que fizeram os preços do produto baixarem novamente. O revigoreamento econômico uruguaio teve outro importante impulso em 1861, quando Bernardo Berro, chefe político blanco, declarou o fim do prazo legal do Tratado de comércio que permitia o trânsito de gado uruguaio para o Rio Grande do Sul e instituiu a lei que proibia contratos com peões negros por mais de 6 anos. A grande quantidade de charque produzido no período (rio-grandense, uruguaio e argentino) provocou uma crise de super-produção no setor.<sup>39</sup> Discussões, projetos e propostas de ampliação dos mercados consumidores estiveram na agenda política e econômica de charqueadores e estancieiros, tanto orientais quanto pelotenses, entre os anos de 1861 e 1863. Ambos os grupos ambicionavam exportar suas carnes para a Europa, mas não obtiveram grande sucesso na empreitada, o que só foi conseguido, pelos investidores platinos, na “Era dos frigoríficos”.<sup>40</sup>

Por tais motivos, os primeiros anos da década de 1860 trouxeram uma nova crise para as charqueadas pelotenses, seguida de uma grande quebra entre os charqueadores. Na Corte, a crise que afetou os charqueadores menores no início dos anos 1860 foi noticiada por um correspondente da província:

“Faliu o negociante desta praça Jacintho Antônio Lopes, com fazenda de criação de gados e charqueada nos Canudos: o seu ativo em rigor produzirá 800:000\$ e o seu passivo sobe a 1.400:000\$. Diz-se que antes de lhe abrirem a falência, vendera 60 escravos e um iate, e hipotecou as fazendas por 320:000\$; se é assim, preparou um bom *canudo* para os credores.

Em Pelotas também convocara os credores o charqueador Heleodoro de Azevedo e Souza, apresentando um ativo de 600:000\$ e um passivo de 516:000\$ que vencia prêmio de 1%. Três ou quatro dos credores maiores decidiram o negócio, tomando conta da estância do Ponche Verde por 258:000\$, e pela qual só oferecem 144:000\$, e concedendo-lhe uma moratória de um a quatro anos sem prêmios. O maior credor é José Antônio Moreira com 130:000\$. Bravo... bravíssimo (...).

O charqueador José Bento de Campos endoideceu em 29 de agosto em consequência dos prejuízos que sofreu; e procedendo-se o balanço de sua casa, achou-se um ativo de 90:000\$ a realizar e um passivo de 160:000\$!!

Barcellos & Mascarenhas também convocaram os credores apresentando um ativo de 270:000\$ e um passivo de 180:000\$; a estes os credores tomaram conta dos bens para liquidarem, visto que não soube elevar fantasticamente o seu débito, como é moda.

Domingos Soares Barbosa teve necessidade de balancear sua casa, pela impertinência de dois meninos, seus credores porém saíram-se logrados na tentativa e harmonizaram-se com o devedor.  
Basta de quebras sem fundas (...).<sup>41</sup>

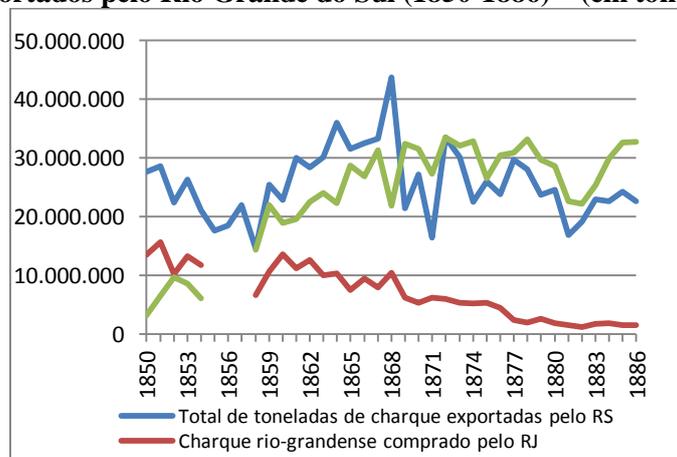
Além desta crise, a onda de perseguições aos brasileiros residentes no norte do Uruguai acentuou-se ainda mais. Este clima de descontentamento condicionou um novo rearranjo das alianças políticas na fronteira. Como conseqüência das medidas de Berro, o líder colorado Venâncio Flores reuniu o apoio dos estancieiros rio-grandenses prejudicados pelas novas medidas e tomou uso dos mesmos para defender os interesses de sua facção política no Uruguai. Tratava-se de uma aliança com interesses mútuos. Como a vitória brasileira na Guerra contra Oribe e Rosas trouxe benefícios imediatos aos proprietários de terra e charqueadores rio-grandenses, criou-se uma expectativa de que uma nova intervenção militar iria cessar com os conflitos na fronteira e revigorar a economia rio-grandense. A aliança entre Flores e os estancieiros rio-grandenses estendeu-se ao Governo Imperial e à República Argentina, sob a liderança de Bartolomé Mitre. Concomitantemente, Berro buscou criar um novo equilíbrio de forças no Prata, estabelecendo um eixo Montevideu-Assunção e uma possível associação com as províncias dissidentes da Argentina, principalmente Entre Rios e Corrientes. Era de conhecimento de todos que o entrerriano Urquiza mantinha estreitas relações com Solano Lopez. Apostando nestas possíveis alianças, Berro enviou um emissário para negociar o apoio do Paraguai no caso de um enfrentamento militar. Apesar do acordo não ter sido oficialmente firmado, o presidente paraguaio demonstrou-se interessado na aproximação com o partido Blanco e uma possível utilização de Montevideu como porto comercial.<sup>42</sup>

Do lado rio-grandense, Antônio de Souza Netto, estancieiro rio-grandense que residia na Banda Oriental e antigo líder farroupilha, resolveu tomar uma atitude. Decidido a acabar com as tropelias dos blancos de uma vez por todas, Netto foi até a Corte fazendo-se porta-voz dos “direitos de 40 mil brasileiros” residentes na Banda Oriental. Em março de 1864, ele teve uma audiência com líderes políticos da Corte e colocou-os num verdadeiro impasse. O Império decidiu atender às reclamações do caudilho rio-grandense a arcar com uma nova guerra civil no sul do País.<sup>43</sup> Em abril de 1864, os diplomatas brasileiros exigiram que Atanásio Aguirre, o novo presidente Blanco, punisse as autoridades responsáveis por perseguir os rio-grandenses, caso contrário o Brasil seria obrigado a interferir militarmente. O Paraguai, defendendo a aliança feita com os blancos, protestou contra a ameaça brasileira. Em setembro, as tropas imperiais cruzaram a fronteira e dois meses depois Lopez respondeu

mandando aprisionar o vapor brasileiro Marquês de Olinda, vindo a invadir o Mato Grosso em dezembro. A Guerra do Paraguai (1864-1870) tornou-se o maior conflito bélico da história da América Latina.

A deposição de Berro e a retomada do crescimento das exportações foi comemorada pelos charqueadores de Pelotas. As guerras nos países platinos sempre foram benéficas à indústria pelotense. Durante a Guerra da Cisplatina (1825-1828), por exemplo, os charqueadores pelotenses, juntamente com comerciantes e estancieiros rio-grandenses, emprestaram vultosas quantias ao Estado, com o fim de financiar a Guerra.<sup>44</sup> Em 1851, como demonstrei, eles também apoiaram a intervenção militar em Montevidéu. Em 1864, seu posicionamento não foi diferente. Os charqueadores e comerciantes do ramo também estavam associados direta e indiretamente ao plano de uma nova intervenção militar no Uruguai. Na Corte, Felipe Nery, deputado pelo Rio Grande do Sul, disparou diversos discursos incitando a invasão ao território uruguaio.<sup>45</sup> Charqueadores como Domingos José de Almeida e Manoel Lourenço do Nascimento mantinham próxima relação com David Canabarro, um dos principais líderes militares da fronteira, e outros políticos do Partido Liberal rio-grandense, da qual o General Manoel Luís Osório, herói da Guerra do Paraguai, era o chefe. Outros charqueadores emprestaram vultosas quantias ao Império para financiar a Guerra e libertaram alguns de seus escravos para servirem de soldados no Exército. Alguns deles tiveram importante destaque na mobilização das tropas para a Guerra, seja organizando corpos em Pelotas, seja investindo capital econômico ou político na mesma. São exemplos deste protagonismo, os proprietários João da Silva Tavares, Felisberto Inácio da Cunha, João Simões Lopes Filho e José Antônio Moreira. Todos eles receberam títulos de nobreza do Império, como gratificação pelos seus serviços prestados à Coroa brasileira.<sup>46</sup>

**Gráfico 2 – Charque platino e rio-grandense comprados pelo Rio de Janeiro e totais exportados pelo Rio Grande do Sul (1850-1886) – (em toneladas)**



Fonte: Anuário Estatístico do Jornal do Comércio do Rio de Janeiro (1876-1892) – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *Os convênios da carestia: crises, organização e investimentos do*

*comércio de subsistência da Corte (1850-1880)*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, Dissertação de Mestrado, 1992, pp. 238; Relatórios dos Presidentes da Província do Rio Grande do Sul (1848-1862); SILVA, Elmar Manique da. Op. cit., p. 88-89.

Durante a guerra, as charqueadas pelotenses atingiram o seu auge em termos de abate de gado e em exportação de charque, com destaque para o ano de 1868.<sup>47</sup> Entre os anos 1860 e 1880, seguindo uma tendência verificada para a primeira metade do século XIX, Bahia e Pernambuco continuaram como o principal espaço consumidor do charque sulino. Mais do que isso, o percentual de ambas as províncias na participação total das vendas de charque rio-grandense atingiu altas cifras a partir destas décadas. Segundo Renato Marcondes, entre os anos 1869 e 1872, cerca de 80% do charque comercializado pelo Rio Grande do Sul desembarcava nos portos de Recife e Salvador, enquanto o Rio compunha somente cerca de 10% dos valores exportados. Nesta época, os rio-grandenses foram os maiores compradores de aguardente e açúcar vindos do nordeste. Os preços pagos pelo açúcar, aguardente e algodão no Rio Grande eram os mais altos do Brasil. Em contrapartida, a província onde se pagava mais caro pelo charque era São Paulo: 301 réis/kg contra 274 réis/kg na média nacional.<sup>48</sup>

Portanto, os negócios realizados pelos comerciantes baianos e pernambucanos com o Rio Grande do Sul eram bastante vantajosos para os primeiros. Um dos homens que enriqueceram com estas transações foi Joaquim Marinho. Em 1887, os bens deste comerciante, que foi o maior importador de charque de Salvador, foram avaliados em 392.680 libras esterlinas (uma fortuna que o colocava entre os homens mais ricos do Brasil). Seus negócios com o charque eram tão expressivos que, entre os baianos, ele era conhecido como o “carne-seca”. Em seu inventário, Cristiana Ximenes localizou 227 imóveis apenas em Salvador, a maioria oriunda da execução de hipotecas.<sup>49</sup>

A remessa de mais de 80% do charque fabricado no Rio Grande do Sul para o mercado nordestino não foi resultado de uma simples escolha dos produtores sulinos. Com o fim das mencionadas guerras entre o Brasil e as Repúblicas vizinhas, a indústria saladeril uruguaia e argentina recuperou-se dos longos períodos de crise e, revertendo uma situação desfavorável no início da década de 1850, ampliou suas vendas para o mercado carioca, eliminando gradualmente o charque pelotense daquele mercado. O Gráfico 2 demonstra com eloquência o fenômeno mencionado. Nele também é possível perceber que, a partir dos finais dos anos 1860, as exportações de charque uruguaio e argentino exclusivas para o Rio (sem contar as remessas que os mesmos faziam para o nordeste do Brasil e para Cuba, por exemplo) já eram capazes de superar os totais exportados pelo Rio Grande do Sul.

Sem o favorecimento dos Tratados assinados em 1851, o charque platino, reconhecidamente de qualidade superior e mais barato, obrigou os rio-grandenses a deslocarem suas vendas para os portos do nordeste em busca de uma saída econômica. Ter como principal mercado consumidor do charque um espaço econômico que encontrava-se numa conjuntura de crescente crise, não era nada interessante para os produtores de charque pelotenses. Além do mais, o charque platino também competia com o pelotense nos portos de Recife e Salvador e era amplamente procurado pelos comerciantes destas praças, uma vez que as quantidades exportadas pelos rio-grandenses não eram capazes de suprir a demanda de outras regiões como Sergipe e Alagoas, para onde o charque era reexportado.<sup>50</sup> A queda dos preços do açúcar na década de 1870, as secas do fim da década de 1870, a perda de mão-de-obra cativa do nordeste para o sudeste e os maiores valores dos fretes (se comparados aos do Rio) foram fatores que, somados às crises internas que vinham afetando as charqueadas pelotenses desde a década de 1850, lentamente inviabilizaram a manutenção dos altos lucros na produção charqueadora em Pelotas e deram início a sua derradeira crise.<sup>51</sup> No entanto, desta vez, nem o Império, nem os charqueadores, queriam uma outra guerra capaz de reavivar a economia sulina...

### **Considerações finais**

O que o leitor verificou neste artigo foi apenas um capítulo da longa história da produção e do comércio de alimentos que caracterizou o mundo atlântico no período analisado, mais especificamente, o ciclo das charqueadas escravistas de Pelotas e do seu comércio com os portos do Brasil. O processo de desenvolvimento e consolidação do complexo charqueador-escravista pelotense não sustentou-se somente baseado nas leis da oferta e da procura. A guerra foi um mecanismo continuamente empregado desde o início do século XIX, tanto para viabilizar o acesso ao gado gordo e barato, quanto às cobiçadas pastagens uruguaias. As armas também foram um meio de prejudicar as fábricas argentinas e uruguaias, principais concorrentes das charqueadas no mercado atlântico. Como os orientais jamais deixaram de resistir a esta onda expansionista patrocinada pelo governo imperial e os proprietários rio-grandenses, este fenômeno sócio-econômico não tardou em provocar conflitos de ordem política e diplomática. Daí não ser coincidência que as mesmas décadas que marcaram a expansão agrária aqui analisada também foram cenário de duas importantes guerras envolvendo o Brasil com os países da bacia do Prata e foi marcado, ao menos nos anos 1850, pela vigência dos Tratados de comércio e navegação, que

franquearam a entrada de gado uruguaio no Rio Grande e taxaram o charque uruguaio nos portos brasileiros.

Pelos motivos acima apontados, além de outros que não foi possível aprofundar aqui, o mencionado complexo-charqueador escravista veio a definhando completamente na década de 1880. Das 38 charqueadas existentes em Pelotas no ano de 1880, só restavam 11 em 1900. O declínio do setor coincidiu com a abolição da escravidão (1888) e a queda da própria monarquia (1889), das quais os charqueadores foram grandes defensores. A parceria comercial com os portos do nordeste foi de extrema importância enquanto a economia açucareira apresentou-se em crescimento. Entretanto, chegados os anos 1870, a conjuntura desfavorável dos preços do açúcar e a perda excessiva de cativos do nordeste para o sudeste coincidiu com uma dependência ainda maior do charque sulino para com o mercado consumidor baiano e pernambucano, o que foi fatal para o setor. As exportações de charque foram caindo até atingir baixos índices de exportação e de preços nos anos 1880, quando a mão-de-obra cativa apresentava-se totalmente inviável e o mercado carioca já havia sido completamente perdido para os uruguaios e argentinos. Apesar desta crise final, o charque continuou sendo produzido em outras regiões do Rio Grande do Sul pelo século XX adentro, mas desta vez com mão-de-obra assalariada e recursos tecnológicos mais modernos.

## **Bibliografia**

ALDEN, Dauril. O período final do Brasil colônia, 1750-1808. In: Bethell, Leslie (org.). *História da América Latina: a América Latina colonial*. São Paulo: Edusp, v. 2, 1999, p. 527-592.

ARAÚJO, Thiago Leitão de. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila de Cruz Alta, província do Rio Grande do Sul, 1834-1884)*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2008.

BANDEIRA, L. A. Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*. Brasília: UnB, 1998.

BARICKMAN, Bert. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BARRAN, José Pedro; NAHUM, Benjamin. *Historia Rural del Uruguay moderno (1851-1885)*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1967.

BELL, Stephen. Innovación, desarrollo y medio local. Dimensiones sociales y espaciales de la innovación. *Revista Scripta Nova*. Barcelona. N. 69 (84), 2000.

BERUTE, Gabriel Santos. *Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro: negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808-1850)*. Tese de Doutorado. PPG-História da UFRGS, 2011.

BORUCKI, A., CHAGAS, K., STALLA, N. *Esclavitud y trabajo: Un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya, 1835-1855*. Montevideo, Ed. Pulmón, 2004.

CARATTI, Jonatas. *O solo da liberdade: as trajetórias de preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos de processo abolicionista uruguaio (1842-1862)*. São Leopoldo: UNISINOS, Dissertação de Mestrado, 2010.

CARNEIRO, Newton Luis Garcia. *A identidade inacabada: o regionalismo políticos no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

CARVALHO, Mário Teixeira de. *Nobiliário Sul-riograndense*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1937.

CHAVES, Cleide. *De um porto ao outro: a Bahia e o Prata (1850-1889)*. Dissertação de Mestrado em História. Salvador: UFBA, 2001.

CORSETTI, Berenice. *Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX*. Niterói: ICHF/UFF, Dissertação de Mestrado, 1983.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

EISENBERG, Peter. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FRAGOSO, João L. R. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FREGA, Ana; ISLAS, Ariadna (Coord.). *Nuevas miradas en torno al artiguismo*. Montevideu: Dpto. de Publicaciones de la FHCE, 2001.

GRINBERG, Keila. *Escravidão e relações diplomáticas Brasil e Uruguai, século XIX*. In: *Anais do 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Curitiba, 2009, p. 1-9.

GUAZZELLI, Cesar Augusto B. *A Guerra do Paraguai e suas implicações na história e na sociedade da Bacia do Prata*. In: *Anais do I Encontro de História Brasil-Paraguai*. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2002, p.299-351.

LIMA, Rafael Peter de. *“A nefanda pirataria de carne humana”: escravizações ilegais e relações políticas na fronteira do Brasil meridional (1851-1868)*. Porto Alegre: PPG-História UFGRS, Dissertação de Mestrado, 2010.

MARQUES, Alvarino da Fontoura. *Episódios do Ciclo do Charque*. Porto Alegre: Edigal, 1987.

MATHEUS, Marcelo S. *Fronteiras da liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império do Brasil*. São Leopoldo: Ed. Unisinos/ Oikos, 2012.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O norte agrário e o Império (1871-1889)*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

MIRANDA, Márcia Eckert. *A Estalagem e o Império: crise do Antigo Regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro (1808-1831)*. São Paulo: Editora Hucitec, 2009.

OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da Estremadura Portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Niterói: PPG em História da UFF, Tese de Doutorado, 1999.

OSÓRIO, Helen. A revolução artiguista e o Rio Grande do Sul: alguns entrelaçamentos. In: *Cadernos do CHDD*. Brasília, Ano 6, 2007, p. 3-32.

PALERMO, Eduardo. Vecindad, frontera y esclavitud en el norte uruguayo y sur de Brasil. In: *Memorias del Simposio La Ruta del Esclavo en el Río de la Plata: su historia y sus consecuencias*. Montevideo, 2003, p.91-114.

PALERMO, Eduardo. Secuestros y trafico de esclavos en la frontera uruguaya: estudio de casos posteriores a 1850. *Revista Tema Livre*, n. 13, 2007.

PERREN, Richard. *Taste, Trade and Technology: the development of the International Meat Industry since 1840*. Aldershot: Ashgate, 2006.

PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

SILVA, Elmar Manique. Ligações Externas da Economia Gaúcha (1736-1890). In: DACANAL, José I.; GONZAGA, Sergius. *RS: Economia e Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 55-92.

SILVEIRA, Josiane Alves da. *Rio Grande: portas abertas para as importações de sal no século XIX*. Monografia de conclusão do curso. Rio Grande: FURG, 2006.

SLENES, Robert. *Na senzala uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil. Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOUZA, Susana B. e PRADO, Fabrício. *Brasileiros na fronteira uruguia: economia e política no século XIX*. In: GRIJÓ, Luiz A.; KUHN, Fábio; GUAZZELLI, César A. B.; NEUMANN, Eduardo. *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2004.

VARGAS, Jonas Moreira. O Rio Grande do sul e a Guerra do Paraguai. In: GRIJÓ, Luiz Alberto; NEUMANN, Eduardo (Org.). *O continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p. 123-152.

VIEIRA JR., Otaviano. De família, charque e Inquisição se fez a trajetória dos Pinto Martins (1749-1824). *Revista Anos 90*, UFRGS, v. 16, n. 30, 2009, p. 187-214.

XIMENES, Cristiana. *Joaquim Pereira Marinho: perfil de um contrabandista de escravos na Bahia (1828-1887)*. Dissertação de Mestrado em História. Salvador: UFBA, 1999.

ZABIELLA, Eliane. *A presença brasileira no Uruguai e os Tratados de 1851 de Comércio e Navegação, de Extradicação e de Limites*. Porto Alegre: PPG-História da UFRGS, Dissertação de Mestrado, 2002.

---

<sup>1</sup> Ver, por exemplo, PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1977, p. 80-88; ALDEN, Dauril. O período final do Brasil colônia, 1750-1808. In: Bethell, Leslie (org.). *História da América Latina: a América Latina colonial*. São Paulo: Edusp, v. 2, 1999, p. 527-592; SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

<sup>2</sup> Embora o termo *nordeste* não seja adequado para se analisar a mencionada região do Brasil no século XIX (já que se utilizava a expressão *norte* do Brasil) utilizo a mesma com fins instrumentais, objetivando facilitar o andamento da análise.

<sup>3</sup> VIEIRA JR., Otaviano. De família, charque e Inquisição se fez a trajetória dos Pinto Martins (1749-1824). *Revista Anos 90*, UFRGS, v. 16, n. 30, 2009, p. 187-214; OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da Estremadura Portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Niterói: PPG em História da UFF, Tese de Doutorado, 1999; BERUTE, Gabriel Santos. *Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro: negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808-1850)*. Tese de Doutorado. PPG-História da UFRGS, 2011.

<sup>4</sup> BARICKMAN, Bert. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 92-93. Sobre a alimentação dos cativos no sudeste, ver SLENES, Robert. *Na senzala uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil. Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 183-194.

<sup>5</sup> FRAGOSO, João L. R. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 180.

<sup>6</sup> OSÓRIO, Helen. Op. cit., p. 175-177.

<sup>7</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo *Fazenda*, m. 482 e 489.

<sup>8</sup> BERUTE, Gabriel. Op. cit., p. 72.

<sup>9</sup> SILVEIRA, Josiane Alves da. *Rio Grande: portas abertas para as importações de sal no século XIX*. Monografia de conclusão do curso. Rio Grande: FURG, 2006. Deve-se deixar claro que ao contrário dos dados que elenquei anteriormente, cujos locais de venda do charque são especificadas, os “carregamentos” não revelam estes dados por completo, mas somente o destino final das embarcações. Assim, os navios remetidos para Pernambuco podiam negociar parte do charque nos portos de Santa Catarina, Rio e Bahia. No entanto, como demonstrei adiante, a maior parte destas cargas era negociada nos portos ao norte do Rio.

<sup>10</sup> Para uma análise dos projetos que se sucederam ao processo de independência no Uruguai e também na sua relação com o Império luso-brasileiro ver FREGA, Ana; ISLAS, Ariadna (Coord.). *Nuevas miradas en torno al artiguismo*. Montevideu: Dpto. de Publicaciones de la FHCE, 2001; OSÓRIO, Helen. A revolução artiguista e o Rio Grande do Sul: alguns entrelaçamentos. In: *Cadernos do CHDD*. Brasília, Ano 6, 2007, p. 3-32; MIRANDA, Márcia Eckert. *A Estalagem e o Império: crise do Antigo Regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro (1808-1831)*. São Paulo: Editora Hucitec, 2009.

<sup>11</sup> MARQUES, Alvarino da Fontoura. *Episódios do Ciclo do Charque*. Porto Alegre: Edigal, 1987, p. 55.

<sup>12</sup> A Guerra Grande (1838-1851) foi um conflito iniciado no Uruguai entre os partidários de Manuel Oribe e Fructuoso Rivera e que, depois da queda do primeiro, tomou proporções internacionais, envolvendo caudilhos das províncias argentinas e autoridades políticas e militares platinas e brasileiras, encerrando-se com a intervenção do Império na região, em 1851.

<sup>13</sup> ZABIELLA, Eliane. *A presença brasileira no Uruguai e os Tratados de 1851 de Comércio e Navegação, de Extradicação e de Limites*. Porto Alegre: PPG-História da UFRGS, Dissertação de Mestrado, 2002, p. 23-25.

<sup>14</sup> ZABIELLA, Eliane. Op. Cit., p. 25.

<sup>15</sup> ZABIELLA, Eliane. Op. Cit., p. 25-27.

<sup>16</sup> CORSETTI, Berenice. *Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX*. Niterói: ICHF/UFF, Dissertação de Mestrado, 1983, p. 55.

<sup>17</sup> SOUZA, Susana B. e PRADO, Fabrício. *Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX*. In: GRIJÓ, Luiz A.; KUHN, Fábio; GUAZZELLI, César A. B.; NEUMANN, Eduardo. *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2004.

<sup>18</sup> Inventários *post-mortem* de Pelotas (APERS).

<sup>19</sup> Livros de notas do 1º, 2º e 3º Tabelionato de Pelotas (1832-1890) e Inventários *post-mortem* de Pelotas (APERS).

<sup>20</sup> É provável que o número de escrituras seja ainda maior, pois foram analisados aqui somente os registros dos tabelionatos de notas de Pelotas. Uma pesquisa completa deveria tratar das escrituras públicas assinadas nos tabelionatos de Jaguarão, Bagé e dos demais Departamentos uruguaios, o que foi totalmente inviável neste trabalho.

<sup>21</sup> Livros de notas do 1º, 2º e 3º Tabelionato de Pelotas (1832-1890) – APERS.

<sup>22</sup> SOUZA, Susana B. e PRADO, Fabrício, Op. Cit.

<sup>23</sup> Esta constatação é realizada a partir de novas estatísticas descobertas para a exportação do charque rio-grandenses no período, uma vez que os dados até hoje utilizados pelos historiadores, para as décadas de 1840 e 1850, foram bastante subestimados. Uma discussão aprofundada sobre estes números é realizada em minha Tese de Doutorado, ainda inédita.

<sup>24</sup> Rio de Janeiro, 5 de maio de 1859. Avisos do Ministério de Estrangeiros (B.1-027). AHRS.

- <sup>25</sup> Relação dos charqueadores existentes no Rio Grande do Sul, s/d. (Coleção de manuscrito. BN do Rio de Janeiro).
- <sup>26</sup> PALERMO, Eduardo. Vecindad, frontera y esclavitud en el norte uruguayo y sur de Brasil. In: *Memorias del Simposio La Ruta del Esclavo en el Río de la Plata: su historia y sus consecuencias*. Montevideo, 2003, p.91-114. ; SOUZA, Susana B. e PRADO, Fabrício, Op. Cit.
- <sup>27</sup> Rio de Janeiro, 3 de setembro e 3 de outubro de 1849. Avisos do Ministério de Estrangeiros (B.1-027). AHRS.
- <sup>28</sup> Rio de Janeiro, 7 de julho, 21 de julho, 14 de agosto de 1850. Avisos do Ministério de Estrangeiros (B.1-027). AHRS.
- <sup>29</sup> BANDEIRA, L. A. Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*. Brasília: UnB, 1998, p. 69.
- <sup>30</sup> Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1849. Avisos do Ministério de Estrangeiros (B.1-027). AHRS.
- <sup>31</sup> O Brado do Sul (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro). Ver, por exemplo, as edições dos dias 20 e 31 de dezembro de 1859.
- <sup>32</sup> DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; PALERMO, Eduardo. Secuestros y tráfico de esclavos en la frontera uruguaya: estudio de casos posteriores a 1850. *Revista Tema Livre*, n. 13, 2007; BORUCKI, A., CHAGAS, K., STALLA, N. *Esclavitud y trabajo: Un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya, 1835-1855*. Montevideo, Ed. Pulmón, 2004.
- <sup>33</sup> BANDEIRA, Moniz. Op. cit., p. 74-75.
- <sup>34</sup> ZABIELLA, Eliane. Op. cit., p. 54.
- <sup>35</sup> Nos últimos anos, muitas pesquisas vem se dedicando a investigar as relações escravistas na região da fronteira rio-grandense e uruguia, assim como as fugas, a reescravização e os contratos de peonagem. Ver, por exemplo, BORUCKI, A., CHAGAS, K., STALLA, N. Op. cit.; PALERMO, Eduardo. Op. cit.; GRINBERG, Keila. *Esclavidão e relações diplomáticas Brasil e Uruguai, século XIX*. In: *Anais do 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Curitiba, 2009, p. 1-9; LIMA, Rafael Peter de. “A nefanda pirataria de carne humana”: *escravizações ilegais e relações políticas na fronteira do Brasil meridional (1851-1868)*. Porto Alegre: PPG-História UFRGS, Dissertação de Mestrado, 2010; CARATTI, Jonattas. *O solo da liberdade: as trajetórias de preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos de processo abolicionista uruguaio (1842-1862)*. São Leopoldo: UNISINOS, Dissertação de Mestrado, 2010.; MATHEUS, Marcelo S. *Fronteiras da liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império do Brasil*. São Leopoldo: Ed. Unisinos/ Oikos, 2012.; ARAÚJO, Thiago Leitão de. *Esclavidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila de Cruz Alta, província do Rio Grande do Sul, 1834-1884)*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2008.
- <sup>36</sup> Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1854. Avisos do Ministério de Estrangeiros (B.1-028). AHRS.
- <sup>37</sup> Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1854. Avisos do Ministério de Estrangeiros (B.1 – 028). AHRS.
- <sup>38</sup> ZABIELLA, Daniela. Op. Cit., p. 60-61.
- <sup>39</sup> *Jornal O Constitucional*, 07.09.1862 (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro); BARRAN, José Pedro; NAHUM, Benjamin. *Historia Rural del Uruguay moderno (1851-1885)*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1967, p. 118-130.
- <sup>40</sup> BELL, Stephen. Innovación, desarrollo y medio local. Dimensiones sociales y espaciales de la innovación. *Revista Scripta Nova*. Barcelona. N. 69 (84), 2000; PERREN, Richard. *Taste, Trade and Technology: the development of the International Meat Industry since 1840*. Aldershot: Ashgate, 2006.
- <sup>41</sup> *Jornal O Constitucional*, 25.10.1862 (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).
- <sup>42</sup> VARGAS, Jonas Moreira. O Rio Grande do sul e a Guerra do Paraguai. In: GRIJÓ, Luiz Alberto; NEUMANN, Eduardo (Org.). *O continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p. 123-152.
- <sup>43</sup> GUAZZELLI, Cesar Augusto B. A Guerra do Paraguai e suas implicações na história e na sociedade da Bacia do Prata. In: *Anais do I Encontro de História Brasil-Paraguai*. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2002, p.299-351.
- <sup>44</sup> MIRANDA, Márcia Eckert. Op. Cit., p. 301-304.
- <sup>45</sup> CARNEIRO, Newton Luis Garcia. *A identidade inacabada: o regionalismo políticos no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000, p. 159.
- <sup>46</sup> CARVALHO, Mário Teixeira de. *Nobiliário Sul-riograndense*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1937. Ver Barão de Butuí, Barão de Correntes, Visconde da Graça e Visconde de Serro Alegre.
- <sup>47</sup> SILVA, Elmar Manique. Ligações Externas da Economia Gaúcha (1736-1890). In: DACANAL, José I.; GONZAGA, Sergius. *RS: Economia e Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 55-92.
- <sup>48</sup> Os preços médios nacionais do açúcar, da aguardente e do algodão em réis eram 321/kg, 226/litro, 699/kg. No Rio Grande, se pagava respectivamente 642/kg, 300/litro, 1.314/kg. Nota-se que com exceção da aguardente, os outros dois produtos se pagava quase o dobro (MARCONDES, Renato. Op. cit.).

<sup>49</sup> XIMENES, Cristiana. *Joaquim Pereira Marinho: perfil de um contrabandista de escravos na Bahia (1828-1887)*. Dissertação de Mestrado em História. Salvador: UFBA, 1999, p. 95-96. Além deste trabalho, não existem outros que analisem os comerciantes que atuavam neste ramo de negócios, sobretudo, para Pernambuco. *O Almanak Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província de Pernambuco (1881)* lista 48 negociantes de carne-seca estabelecidos em Recife, além de vários outros armazéns, o que serve como importante ponto de partida para futuras pesquisas.

<sup>50</sup> CHAVES, Cleide. *De um porto ao outro: a Bahia e o Prata (1850-1889)*. Dissertação de Mestrado em História. Salvador: UFBA, 2001, p. 70.

<sup>51</sup> Para um análise da mencionada conjuntura de crise no nordeste ver EISENBERG, Peter. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. Sobre as medidas tomadas pelas elites políticas desta região com o fim de contornar os reveses econômicos deste período ver MELLO, Evaldo Cabral de. *O norte agrário e o Império (1871-1889)*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.